

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENTRE-ESPAÇO DAS IDENTIDADES: A NEGOCIAÇÃO DA INSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES IMIGRANTES HAITIANAS NO BRASIL

Carla Ricci¹

Resumo: A conquista do espaço social feminino ao redor do globo, embora vagarosamente ampliado no decorrer da história, consiste até hoje num desafio notório às mulheres. Ao pensar especificamente o Brasil a partir de suas multiplicidades culturais, percebe-se que esse desafio é ainda maior àquelas mulheres que detêm outras características marginalizadas, como é o caso das imigrantes haitianas. Não apenas sujeitas à violência de gênero, as imigrantes haitianas – mulheres negras e que carregam uma identidade cultural distinta – têm vivenciado constantes situações de opressão e negação da sua assimilação à sociedade nacional. Em grande medida, os múltiplos contextos de opressão aos quais estão sujeitas são reflexos da inexistência de políticas públicas específicas, que percebam suas necessidades a partir de suas próprias experiências. Essa ausência é aqui interpretada como corolário de uma narrativa engessada e colonizadora da nação brasileira, reescrita unilateralmente pela cultura hegemônica nacional. Nesse sentido, diante dos inúmeros obstáculos fomentados por esse cenário, o presente artigo busca compreender como se dá o processo de negociação da inserção das imigrantes haitianas à sociedade brasileira. Para isso, se utiliza da percepção de Homi K. Bhabha acerca do hibridismo das identidades nacionais – constituídas no entre-lugar das tensões culturais –, a qual nos permite compreender as imigrantes haitianas como parte integrante da dinâmica de construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Políticas públicas. Imigrantes haitianas. Mulheres. Identidade. Inserção social.

Introdução

Com o passar dos anos, notoriamente nas últimas décadas, o avanço das tecnologias nos meios de comunicação, de produção e de transporte tem alterado profundamente a dinâmica das relações internacionais e interpessoais ao redor do globo. A intensificação do fenômeno da globalização imprimiu maior instantaneidade e proximidade aos fluxos de interação entre as pessoas. Nesse contexto, em que as fronteiras dos Estados nacionais foram flexibilizadas e mais facilmente permeáveis, não apenas as trocas comerciais aumentaram, mas também a mobilidade humana internacional.

Embora os fluxos migratórios não sejam um fenômeno restrito às dinâmicas sociais contemporâneas, ao contrário, têm sido historicamente parte formadora e transformadora das sociedades nacionais, apenas nos últimos anos essa realidade adquiriu maior notoriedade nas pautas governamentais, internacionais e, inclusive, nos espaços midiáticos. Ainda que não captem toda a

¹ Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

vasta dimensão e complexidade dos movimentos migratórios que se perpetuam diariamente ao redor do globo, as informações sobre os desafios enfrentados no processo de migração são cada vez mais recorrentes. Esses desafios incluem a posição conservadora dos Estados quanto à entrada de imigrantes nos territórios nacionais, criando, por vezes, obstáculos legais a esse processo.

No Brasil, essa relação com a imigração não tem sido muito diferente. Certamente, há de se considerar que o Brasil tem aderido, nos últimos anos, uma postura maleável quanto à imigração, criando mecanismos de facilitação da entrada e de permanência no país. Entretanto, apesar dos seus constantes e diversificados fluxos de imigração, a política nacional migratória tem sido desenvolvida no sentido mais da regulamentação e do controle, sendo frágil em políticas de caráter assistencial. Nesse sentido, a inserção dos imigrantes no país tem sido um processo difícil, especialmente para os grupos minoritários, pois, além das diferenças culturais e linguísticas, imigrantes negros, latino-americanos e mulheres têm de enfrentar uma estrutura social racista e patriarcal reproduzida no Brasil.

Assim, diante das dificuldades e da crescente onda de imigração feminina para o país, busco, nessa reflexão, enfatizar a realidade vivenciada pelas mulheres imigrantes haitianas no Brasil no seu processo de inserção social. Tendo em vista que, por sua condição de imigrantes, apenas, essa população já encontra uma série de obstáculos à integração, ao somar a isso as suas interseccionalidades, como raça, gênero e classe social, as barreiras se multiplicam. Objetivo neste artigo, portanto, identificar como se dá o processo de negociação do espaço das haitianas na sociedade brasileira.

Para isso, trarei, em primeiro lugar, uma breve contextualização dos movimentos de imigração para o Brasil e da maneira como tem sido tratada pelas autoridades governamentais ao longo da história. Posteriormente, irei buscar nas ideias de nação de Homi K. Bhabha o entendimento da inércia do poder público quanto à realidade das mulheres haitianas, enfatizando o tensinamento criado no entre-espaço de interação entre as imigrantes e a sociedade brasileira. Cabe ressaltar, que a retomada da trajetória histórica da política migratória brasileira a partir das ideias de Bhabha emerge, aqui, como um enquadramento para compreender as atuais dificuldades enfrentadas pelas imigrantes haitianas no país. Assim, partindo desse pano de fundo, traçarei uma breve análise da realidade das imigrantes haitianas no Brasil, abordando como tem se dado o processo de negociação de seus espaços na sociedade nacional, com base na revisão da literatura existente e na experiência etnográfica que tenho vivenciado nos últimos meses no bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre (RS).

A trajetória da política nacional migratória e os desafios remanescentes da imigração no Brasil

No decorrer das décadas, o Brasil foi destino de múltiplos fluxos migratórios, fomentados por conflitos civis, guerras mundiais, crises econômicas, catástrofes naturais ou pelo simples anseio de migrar. Na última década, o número de migrantes que ingressaram no Brasil foi crescente, de acordo com as estatísticas fornecidas pela Polícia Federal. Enquanto em 2005 o Brasil recebeu 33.245 mil imigrantes de diferentes partes do globo, dos quais 35,05% eram mulheres, o ano de 2015 registrou, até setembro, 86.630 novos imigrantes, dos quais 35,08% eram mulheres. Diante da diversidade já característica da formação da sociedade brasileira, os constantes fluxos de imigrantes têm potencializado essa pluralidade, multiplicando as diversidades culturais, étnicas e raciais que conformam o Brasil e demandando uma atenção diferenciada ao tema da mulher imigrante.

Mesmo diante desse cenário, no entanto, a imigração ainda ocupa no país uma posição secundária nas pautas de políticas públicas, o que dificulta a inserção desses grupos à sociedade nacional de forma integral e integrada, principalmente dos estrangeiros e estrangeiras latinos/as, negros/as e oriundos/as dos países orientais. Isso se deve, em grande medida, à trajetória da política imigratória brasileira.

No decorrer de toda a história nacional, os imigrantes europeus estiveram em uma posição privilegiada na pauta de imigração para o Brasil, ainda que, em momentos determinados da história, tenham sido vistos como ameaças ao projeto nacionalista do Estado, como destaca Giralda Seyferth em seus estudos sobre imigração alemã no sul do Brasil. De modo geral, no entanto, desde os períodos mais incipientes do país, quando os resquícios coloniais da dizimação dos povos nativos e do subsequente tráfico de escravos africanos estruturou uma hierarquia racial, que sustentava as desigualdades sociais, a preponderância de uma política que priorizava a imigração europeia era notória. Conforme destaca Jeffrey Lesser (2001), a visão brasileira acerca da imigração, que vigorou até as décadas iniciais do século XX, esteve bastante preocupada com uma formação social eugenista do Brasil, quando a tese do branqueamento racial foi amplamente difundida como um requisito para o desenvolvimento bem-sucedido do Brasil. Dessa forma, o processo de negociação das novas identidades étnicas e culturais que surgiam no país foi intensamente dificultado pelo estereótipo do brasileiro forjado pela elite nacional e por graves ondas de discriminação.

O advento do Estado Novo, em 1937, tornou a inserção dos estrangeiros um processo ainda mais dificultoso do que até então já vinha sendo desenvolvido. Somado à manutenção de uma visão eugenista no processo de construção da sociedade nacional, estava a postura nacionalista e centralizadora característica do governo de Getúlio Vargas, acompanhada de uma preocupação

quanto à importação de ideologias estrangeiras pelos imigrantes (SEYFERTH, 2011). Nesse sentido, o governo Vargas, além de enrijecer a política oficial de entrada de pessoas, elaborou uma agenda política específica aos estrangeiros já residentes no Brasil a fim de promover a nacionalização dessa população (GERALDO, 2009).

No decorrer dos anos de ditadura militar, a postura governamental autoritária refletiu no enrijecimento da política migratória, atribuindo-lhe um caráter ainda mais securitizado, que ia desde o maior controle sobre fronteiras até o encarceramento de estrangeiros (MORAES, 2016). O tema da imigração no Brasil passou a ser, portanto, conduzido a partir de uma perspectiva muito mais pujante da segurança nacional, a qual manteve-se no decorrer das últimas décadas. A legislação que versava sobre o tema da imigração no Brasil até o início deste ano de 2017 era a Lei 6.815, de 1980; ou seja, o Estatuto do Estrangeiro concebido sob o regime militar. Nesse sentido, a preponderância de uma legislação que securitiza o movimento da imigração, em detrimento do fomento à criação de políticas públicas de amparo aos imigrantes, pode ser entendida como reflexo do processo de construção de uma identidade nacional colonizadora, respaldada nas diretrizes de formação de uma nação narrada pela elite europeia e na primazia da segurança nacional.

A questão da imigração torna-se complexificada ao inserirmos em sua análise a categoria de gênero, que aqui vem acompanhada de outras categorias que reificam sua posição como sujeito subalterno, tal como raça e classe social. Conforme disserta a crítica da epistemologia da perspectiva feminista, a omissão da participação das mulheres do processo de construção do conhecimento ao longo da história é notória (HARDING, 1998), sendo que, no Brasil, essa trajetória não tem sido diferente. Muito embora a Constituição de 1988 tenha permitido avançar nas pautas de igualdade de gênero no país, através do movimento de democratização que levou à assinatura de tratados e convenções e à criação de políticas nacionais, os desafios à plena participação feminina na esfera pública ainda são evidentes.

Em primeiro lugar, ainda que considere que uma abordagem estatística não é suficiente para elucidar o cenário de marginalização das mulheres na cena política nacional, acredito ser importante ressaltar que o número de mulheres que assumem cargos legislativos, de tomada de decisão, no país é bastante reduzido², somando menos de 10% em ambas as casas. O Brasil ocupa, no ranking de classificação mundial do número de mulheres presentes nos parlamentos nacionais, apenas a 154ª

² Embora as eleições de 2014 tenham representado um aumento de 13,3% no número de deputadas federais eleitas em comparação às eleições de 2010, dos 513 deputados eleitos, apenas 51 são mulheres, menos de 10% do total de assentos (TSE, 2016). Da mesma forma, no Senado Federal, o número de mulheres presentes no Senado é ínfimo, sendo que em 2010 foram eleitas 7 mulheres, estando disponíveis 54 assentos, e em 2014, apenas 5 mulheres, diante de 29 assentos (TSE, 2016).

posição, de 193 países (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2017). Se inserirmos nessa análise a categoria raça, veremos que os números são ainda menores, pois apenas 12 mulheres negras (11 na Câmara e 1 no Senado) ocupam, atualmente, assentos no Congresso Nacional. Sem dúvidas, esse número lamentável interfere para que políticas de promoção de igualdade de gênero e de empoderamento feminino sejam pensadas e fortalecidas, e obstaculiza a autorrepresentação da realidade das mulheres marginalizadas – negras, indígenas, imigrantes, economicamente vulneráveis, entre outras.

Além das dificuldades de representação, no sentido político destacado por Spivak (2014), de “falar por”, enfrentadas por uma mulher imigrante, as oportunidades de engajamento na construção da narrativa oficial brasileira, na formulação de políticas públicas que possam permitir-lhes *representar* suas realidades, de maneira heterogênea e inclusiva (SPIVAK, 2014), são ainda mais reduzidas. O desafio com o qual as mulheres imigrantes tem se deparado no Brasil vão além da adaptação linguística, cultural, da discriminação racial e de gênero, e de vulnerabilidade social. Como se todos esses obstáculos não fossem suficientemente grandes à integração na sociedade brasileira, há restrições constitucionais quanto às possibilidades de engajamento político, que limitam sua atuação e visibilidade na esfera nacional. Diante desses desafios, a ausência de políticas públicas específicas a essa população tem demandado esforços múltiplos para a negociação do espaço público dessas mulheres na sociedade brasileira.

As narrativas pedagógica e performática e o entre-espaço das interações

A fim de compreender esse processo de inserção, os desafios e as trajetórias percorridas por essas mulheres no movimento da imigração, busco nos escritos de Homi K. Bhabha uma compreensão acerca da identidade nacional e dos hibridismos que a constituem. Na breve reflexão acerca da política migratória brasileira e de como se reproduziu, ao longo da história, um discurso nacionalista baseado na ideia de branqueamento racial, pode-se identificar uma dinâmica interdependente das narrativas pedagógica e performática e seus efeitos sobre o cotidiano da mulher imigrante.

Bhabha interpreta, em *O local da cultura*, a ideia de nação como uma narração, invocando a linguagem, sobretudo a escrita, como um instrumento de estabelecimento e reificação de relações culturais colonizadoras. Nesse sentido, a cultura dominante se sobrepõe às minorias por meio de uma escrita monolítica do que se entende como nação – narrativa pedagógica –, seguindo uma linearidade quanto aos eventos históricos que moldam esse entendimento. Ao transpormos essa

interpretação a uma análise das relações sociais do Brasil, a preponderância da narrativa da nação a partir de uma perspectiva do colonizador europeu e da figura masculina é incontestável. Se atrelarmos, ainda, essa ideia de narração ao debate sobre subalternidade, proposto pela feminista pós-colonial Gayatri Spivak (2014), a percepção da mulher como sujeito subalterno, silenciada pela hierarquização que permeia as relações de gênero, torna-se ainda mais clara. No caso das haitianas, essa subalternidade se multiplica, primeiro, devido à sua condição de mulher; segundo, em decorrência de suas realidades particulares, que se encontram à margem da sociedade ao se diferenciarem em termos de classe, raça e cultura.

No entanto, para Bhabha (2014), sobrepõe-se a ideia de nação ambivalente, permeada por descontinuidades e conformada por identidades híbridas que se constituem a partir dos choques culturais que ocorrem no entre-espço da interação. Ou seja, as identidades se delineiam a partir da interrelação com outras identidades. Esse entre-espço, segundo o autor, representa a zona de choque cultural e configura um espaço onde não há a negação da identidade do “outro” e tampouco do “eu”, mas a formação de um terceiro espaço de identificação, distinto, e ao mesmo tempo resultante, de ambos. Essa percepção de movimento, que abre um terceiro espaço, permite a manifestação de um contra-discurso, através da performatividade do sujeito. Ou seja, essa narrativa performática, assim denominada por Bhabha (2014), encontra-se em constante tensionamento com a narrativa pedagógica, abrindo espaço para a negociação de uma posição política e/ou social pelos grupos marginalizados.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que uma narrativa colonizadora de nação se reproduz através das ações políticas, um contraponto emerge das bases sociais, forçando a mutabilidade dessas ações. Esse movimento pode ser observado, por exemplo, no avanço das políticas de igualdade de gênero nas últimas décadas. Apesar dos inúmeros desafios que ainda permanecem diante da estrutura patriarcalista da sociedade nacional, a performatividade do movimento feminista tem pressionado pelo reconhecimento do seu espaço enquanto sujeito de conhecimento e de construção política e social. Do mesmo modo, uma agenda política voltada à promoção da igualdade racial tem sido fortalecida internamente, aliada a arranjos multilaterais de cooperação. Esse cenário de transformações compassadas não nega, contudo, que ainda prevaleça um discurso político que reproduz predominantemente uma realidade e uma visão de mundo exclusivas de homens brancos.

A inexistência de políticas públicas específicas para as mulheres imigrantes pode ser compreendida, nesse sentido, como resultado da perpetuação de uma narrativa histórica linear da

sociedade brasileira, em que a participação exclusiva dos homens e brancos – reflexos da figura do colonizador europeu – na narrativa política e de gênero é notória. Diante disso, o processo de negociação de um espaço ativo na sociedade pelas mulheres imigrantes é complexo, e, portanto, a performatividade é percebida como elemento fundamental para contraditar a pedagogia política que perpetua as barreiras a sua inserção.

Mulheres imigrantes haitianas: desafios e alternativas à negociação do seu espaço no Brasil

Como pode ser observado nas estatísticas anteriormente fornecidas, o número de mulheres imigrantes no Brasil é crescente. Esse fenômeno, perceptível não apenas aqui, mas ao redor de todo o globo, tem despertado produções específicas que visualizam um processo de feminização da migração, que têm proposto a reflexão das mulheres como sujeitos primários nos processos migratórios (PERES; BAENINGER, 2016).

Ao voltarmos a análise ao caso das imigrantes haitianas, embora esse fenômeno seja observável, sendo que, como destacam Peres e Baeninger (2016), 71% das mulheres haitianas que estão registradas no Brasil são solteiras, elas ainda são pouco visíveis no processo migratório. De acordo com as autoras, um dos fatores que fomentam essa invisibilidade é o menor número de mulheres imigrantes, representando 23,65% do total de 18.708 imigrantes haitianos registrados pela Polícia Federal entre os anos 2000-2014 (PERES; BAENINGER, 2016). Além disso, suas ocupações em cargos de menor visibilidade econômica e social, quando empregadas, e o fato de vierem para o Brasil, em sua maioria, por via aérea e direta, sem uma longa jornada dentro do país, são outros aspectos elencados como relevantes para compreender a omissão das mulheres haitianas no movimento de imigração para o Brasil (PERES; BAENINGER, 2016).

A invisibilidade das muitas mulheres haitianas que vivenciam a migração não é, entretanto, exclusiva das mulheres que vêm desacompanhadas. Muitas mulheres que migram com companheiros homens – sejam maridos, pais, irmãos – também tendem a enquadrar-se nesse panorama. Nessas circunstâncias, por vezes, as mulheres haitianas acabam se situando numa condição de dependência, que tende a interferir no seu processo de inserção nacional, reproduzindo a dicotomia do público-privado, em que as mulheres assumem a responsabilidade pela vida privada familiar, enquanto os homens adentram o mercado de trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que essa dinâmica reflete a estrutura de gênero reproduzida no seu local de origem, e que não é tida como um complicador do processo migratório. Contudo, nesse contexto, como tenho percebido na pesquisa de campo realizada na cidade de Porto Alegre (RS), as mulheres tendem a adaptar-se à

cultura e ao idioma local de maneira muito mais lenta, enfrentando maiores barreiras a sua inserção no mercado de trabalho, à socialização e ao acesso à informação, visto o cenário de resistência à imigração que se perpetua no Brasil.

Deve-se ter em conta, entretanto, que as dificuldades no acesso à informação sobre seus direitos – que acabam gerando muitos outros desafios de adaptação – são decorrentes, em grande medida, da não adaptação e capacitação dos funcionários públicos diante dessas novas circunstâncias da imigração. Além disso, a ausência de centros governamentais de acolhida, que possam ser o canal principal de recepção e direcionamento dessas imigrantes no Brasil, emerge como um complicador desse cenário. Ademais, como é ainda a triste realidade de muitas mulheres ao redor do globo, a ocorrência de casos silenciados de violência física e/ou moral tende a se fazer presente, também, nos lares dessas imigrantes. E como na maioria dos casos de violência doméstica no Brasil e no mundo, a dependência financeira, a vergonha, o medo, além da falta de familiares no país e a já referida falta de informação sobre seus direitos no Brasil, tendem, mais uma vez, a inibir a busca de amparo por elas.

Esse cenário de invisibilidade, sem dúvidas, aprofunda as dificuldades das mulheres haitianas em negociar seu espaço de participação na sociedade brasileira, uma vez que omite a sua performatividade e não abre canais e oportunidades de diálogo com o poder público. Diante disso, o papel da sociedade civil tem sido notório para seu processo de inserção. Organizações como a Cáritas, o Instituto de Reintegração do Refugiado (ADUS), o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), entre outras diversas entidades e projetos, têm desenvolvido ações nas mais diversas esferas para inserir o imigrante e o refugiado na sociedade brasileira, dentre os quais destacam-se ações de: reinserção social; integração no mercado de trabalho; ensino do português; assessoria jurídica; acolhida; entre outros.

Na cidade de Porto Alegre, a Cáritas e o Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI) têm atuado há décadas na causa dos imigrantes, sendo grandes referências na área. Além desses, o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE), projeto que reúne estudantes e profissionais na prestação de assessoria jurídica aos imigrantes, está ativo há dez anos. A atuação dessas instituições já consolidadas – sem mencionar os demais grupos menores que têm se organizado para prestar assistência a essa população – e sua articulação com o poder público têm corroborado para que algumas iniciativas políticas municipais também fossem lançadas no sentido da acolhida aos imigrantes e refugiados. Dentre essas iniciativas, cabe destacar a instituição do Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de

Pessoas (COMIRAT), criado em 2015, e que reúne atores governamentais e da sociedade civil no processo de acolhida a essa população.

Pode-se observar, nesse sentido, que os caminhos trilhados pelas mulheres imigrantes no Brasil têm sido guiados, majoritariamente, pelas ações da sociedade civil. Essa atuação, ainda que de forma lenta e restrita, tem permitido aumentar a visibilidade das mulheres haitianas que vivem no Brasil. Os esforços de aproximação a essa população e de interlocução junto ao poder público e à sociedade têm, portanto, aberto horizontes de inserção das imigrantes haitianas na dinâmica política e cultural brasileira.

Além disso, pode-se perceber que o aumento da atenção dada pelo governo brasileiro à questão migratória é, também, resultado dessa atuação de protagonistas que se articulam há tempos em torno da acolhida aos imigrantes no Brasil (JARDIM, 2013). Segundo a autora, num primeiro momento, a pauta dos imigrantes foi abraçada por congregações religiosas, que atuavam principalmente como interlocutores entre os imigrantes e as instituições públicas na tentativa de integrá-los à sociedade nacional. Posteriormente, novas correntes da sociedade civil formaram-se na provisão de assistência e acolhida aos imigrantes em múltiplas áreas de interesse, sendo parte fundamental nos diálogos estabelecidos com instâncias governamentais acerca das barreiras legais existentes à imigração e que vieram a resultar, progressivamente, em iniciativas públicas (JARDIM, 2013).

Dessa forma, o papel de interventores das organizações não governamentais junto ao Estado foi a força motriz para a criação de órgãos como o Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e os COMIRAT, que atualmente exercem importantes responsabilidades na regularização e facilitação da imigração no Brasil (JARDIM, 2013). Há de se mencionar, ainda, a recente conquista da aprovação da nova Lei da Migração (13.445/2017), a qual, embora tenha sido sancionada com alguns vetos significativos, com a manutenção das restrições do direito político e, também, com a predominância de um tratamento regulatório ao tema da imigração em vez de assistencial, avançou na abordagem dessa questão. Essa ação foi, sem dúvidas, outro importante resultado da performatividade da sociedade civil frente à narrativa pedagógica da imigração reproduzida ao longo dos anos.

Considerações Finais

Como discutido, mesmo diante da existência e da persistência de fluxos correntes de imigração para o Brasil não apenas nos últimos anos, mas ao longo da sua trajetória histórica, a

atuação negligente do governo para com o tema da imigração tem se perpetuado. A narrativa política que tem sido sustentada no país reflete a reprodução do discurso do colonizador europeu, imbuído de uma noção hierarquizada e engessada acerca da sociedade brasileira. Na agenda política do país, manteve-se por muito tempo a questão da imigração fora do escopo dos direitos humanos, sendo que apenas nos últimos anos, e de forma significativa com a recente sanção da nova Lei da Migração, novas abordagens começaram a ganhar espaço.

Os pequenos avanços na estrutura legal e institucional brasileira promovidos pelo poder público, entretanto, não se deram de forma espontânea e unilateral. Há anos existe uma grande articulação da sociedade civil para que fossem criados órgãos e ações específicas de assistência e regulamentação da situação dos imigrantes no Brasil. Muito embora tenham sido obtidos avanços nesse sentido, as ações de regulamentação da situação dos imigrantes têm ganhado prioridade no Brasil, negligenciando políticas de acolhida e assistência. Isso faz com que as pressões advindas da sociedade civil sejam cotidianamente reproduzidas, especialmente em torno da formulação e implementação de políticas públicas direcionadas a essa população.

As organizações sociais têm sido um articulador importante no processo de inserção dos imigrantes no Brasil, não apenas por pressionar a ação governamental no tratamento do tema da imigração, mas também por terem atuado diretamente com essa população, buscando orientá-los e suprir necessidades fundamentais para sua sobrevivência. Nesse sentido, considerando os imensos desafios, acima mencionados, que perpassam a realidade das imigrantes haitianas na tentativa de inserção e integração à sociedade nacional, o papel da sociedade civil tem sido indiscutivelmente importante. Através da articulação entre diversas organizações, instituições religiosas e grupos sociais, tem se buscado contrapor a postura política rígida que se mantém há décadas quanto ao tema da imigração e contornar o cenário de xenofobia, racismo e machismo que permeia no Brasil.

Nesse sentido, conforme o entendimento de Bhabha (2014), as pressões exercidas por meio da performatividade da sociedade civil tem promovido o debate em larga escala acerca da imigração haitiana e forçado a reconfiguração da narrativa pedagógica acerca do movimento migratório. Através das interrelações que se estabelecem entre essa população e a organizações sociais, e da atuação dessas organizações junto às esferas públicas, tem se formado um espaço de possibilidades de negociação da inserção das mulheres haitianas como membros constituintes da sociedade brasileira – o entre-espaço.

É importante ressaltar, contudo, que, embora essa malha social tenha corroborado para a negociação do espaço dessas imigrantes na sociedade, poucas ações têm sido direcionadas

exclusivamente ao tema das mulheres imigrantes, no sentido de criar ações de empoderamento e independência. É inegável que as mulheres imigrantes se beneficiam, em vários sentidos, das ações promovidas por essas entidades. Entretanto, dado os desafios enfrentados especificamente pelas mulheres, os quais foram referidos neste artigo, a necessidade de que o governo e a sociedade formulem ações e políticas públicas a partir de, e para, as suas realidades é notória.

Para isso, compreendendo a importância da performatividade dos atores como contra-discurso à política, a manutenção da articulação e da pressão social sobre a narrativa política e de gênero é fundamental para a transformação e superação da compreensão da nação brasileira a partir da hierarquização das relações de gênero, raça e classe social. No entanto, mais do que uma ação de interlocução, a sociedade civil deve olhar para a necessidade de inclusão dessas mulheres na articulação política. Apenas através da aquisição de voz e de visibilidade política dentro das instituições e do cenário de luta política e social brasileiro, as mulheres imigrantes, em especial as haitianas, poderão *re-presentar* suas demandas e realidades através da própria performatividade, abrindo espaços de diálogo e visibilidade para a mulher imigrante.

Referências

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Revista Estudos Feministas*, 2013, vol.21, n.2, pp.659-688. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n2/18.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BHABHA, Homi K. *O local da cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GERALDO, Endrica. *O perigo alienígena: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Campinas: Unicamp, 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, 2007. Disponível em: <<http://unicamp.sibi.usp.br/handle/SBURI/35733?show=full>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

HARDING, Sandra. Is There a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (Ed.). *Feminism and Methodology*. Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 1-14.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. *Women in National Parliaments*. World Classification, 01 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

JARDIM, Denise F. Os Direitos Humanos dos imigrantes: Reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil contemporâneo. *Revista densidades*, n. 14, dez. 2013, p. 67-85. Disponível em: <https://issuu.com/densidades/docs/densidades_n__14>. Acesso em: 28 jun. 2016.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MORAES, Ana Luisa Z. de. *Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2016.

PERES, Roberta G.; BAENINGER, Rosana. *Mulheres Latino-americanas e Haitianas em São Paulo: perfil na imigração internacional*. In: VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016, Foz do Iguaçu.

SEYFERTH, Giralda. A Dimensão Cultural da Imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 77, Out. 2011, p. 47-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300007>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições 2014: número de deputadas federais cresce 13,33% em relação a 2010*. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Octubre/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Public Policies and the in-between space of the identities: the social insertion negotiation of Haitian immigrant women in Brazil

Abstract: The conquest of women's social space around the world, although slowly extended throughout history, is so far a notorious challenge to the women. When thinking specifically about Brazil from its cultural multiplicities, it is noticeable that this challenge is even greater for those women who have other marginalized characteristics, such as the case of Haitian immigrants. Not only subjected to gender violence, the Haitian immigrants – black women who carry a distinct cultural identity – have experienced constant situations of oppression and denial of their assimilation into national society. To a large extent, the multiple contexts of oppression to which they are subjected are reflections of the inexistence of specific public policies, which perceive their needs based on their own experiences. This absence is interpreted here as a corollary of an ingrained and colonizing narrative of the Brazilian nation, rewritten unilaterally by the national hegemonic culture. In this sense, in view of the many obstacles fostered by this scenario, this article seeks to understand how the negotiation process of the insertion of Haitian immigrant women into Brazilian society takes place. To this end, this article is based on Homi K. Bhabha's perception about the hybridism of national identities – constituted in the in-between space of cultural tensions –, which allows us to understand immigrant women as integral part of the dynamics of the construction of national identity.

Keywords: Public Policies. Haitian immigrant. Women. Identity. Social insertion.